




## CONVITE

---

**PROCEDIMENTO: FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INICIO DO ANO LETIVO 2024/2025**

---

|  |                        |   |                                    |
|--|------------------------|---|------------------------------------|
|  | CONVITE                |   |                                    |
|  | OBJETO DO PROCEDIMENTO | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2024/2025 |                                    |
|  | REFERÊNCIA INTERNA     | 2024ADCM9455B   |                                    |
|  | UNIDADE ORGÂNICA       | Divisão de Educação e Cultura   | CODIFICAÇÃO<br>PS02-00-IMP-21   12 |

2024.EXP.I.CP.1574

Cláusula 1.ª | **Objeto do procedimento**

- O objeto do presente procedimento consiste no fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de ensino do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário do concelho de Espinho, para assegurar o início do ano letivo 2024/2025, em conformidade com o previsto no caderno de encargos e no Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; na sua redação em vigor).
- A presente aquisição de bens encontra-se classificada no vocabulário comum para os contratos públicos (CPV) instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008, com o código CPV 15894210 - refeições para escolas.
- O procedimento segue o disposto nos artigos 112.º a 127.º do CCP.

Cláusula 2.ª | **Entidade adjudicante**

- A entidade adjudicante é o Município de Espinho, sito na Praça Dr. José de Oliveira Salvador, Apartado 700, 4501-901 Espinho, pessoa coletiva número 501158740, telefone n.º 227335800, fax n.º 227335852 e com o endereço de correio eletrónico [contratacao publica@cm-espinho.pt](mailto:contratacao publica@cm-espinho.pt) e sítio eletrónico: <http://www.cm-espinho.pt>.
- A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante para todas as comunicações no âmbito do presente procedimento é a acinGov e encontra-se disponível em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

Cláusula 3.ª | **Órgão que tomou a decisão de contratar**


A decisão de contratar foi tomada por Despacho CP N.º 137/2024, da Presidente da Câmara Municipal, no exercício das competências que lhe foram delegadas pela Câmara Municipal, por deliberação tomada em sua reunião de 23 de janeiro de 2023.

Cláusula 4.ª | **Fundamentação da escolha do procedimento**

Ajuste direto critério material de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP.

Cláusula 5.ª | **Preço base**

- O preço máximo unitário para cada refeição é o seguinte:
  - Almoço de alunos – 2,35€;
  - Lanches – 0,60€;
  - Almoço de adultos - 3,45€.
- O preço base do procedimento é de 499 992,80€ (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e dois euros e oitenta centimos), acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor, que resulta da multiplicação das quantidades estimadas pelos preços máximos unitários, por cada tipo de refeição.
- O preço máximo unitário foi fixado pelo preço contratual unitário apresentado para cada tipo de almoços e lanches do concurso público internacional com a referência interna 2024CPI4572B.

|  |                        |   |                                    |
|--|------------------------|---|------------------------------------|
|  | CONVITE                |   |                                    |
|  | OBJETO DO PROCEDIMENTO | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2024/2025 |                                    |
|  | REFERÊNCIA INTERNA     | 2024ADCM9455B   |                                    |
|  | UNIDADE ORGÂNICA       | Divisão de Educação e Cultura   | CODIFICAÇÃO<br>PS02-00-IMP-21   12 |

2024.EXP.I,CP,1574

Cláusula 6.ª | **Órgão competente para prestar esclarecimentos**


A prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento compete aos serviços da Divisão de Educação e Cultura (DEC), aos quais foram delegadas competências para a realização de todas as formalidades neste procedimento.

Cláusula 7.ª | **Esclarecimentos, erros e omissões e retificação das peças do procedimento**

- Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
- No prazo estabelecido no número anterior, o interessado deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
- Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo do prazo para a apresentação das propostas.
- O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros e das omissões aceites.
- Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para o efeito pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, até ao até ao dia anterior ao termo do prazo para a apresentação das propostas ou, até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste último caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
- Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetado pelo interessado serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento, sendo o interessado imediatamente notificado desse facto.
- Os esclarecimentos e as retificações fazem retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 8.ª | **Documentos que constituem a proposta**

- A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
  - Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** ao presente convite, do qual faz parte integrante.
  - Certidão permanente do registo comercial ou código de acesso;
  - Garantia de imparcialidade, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo III** ao presente convite, se aplicável;
  - Proposta elaborada em conformidade com o caderno de encargos e com os seguintes elementos:
    - Lista de preços unitários e preço total, referente ao fornecimento de refeições (almoços e lanches), com indicação da taxa de IVA aplicável aos preços apresentados;
    - Declaração sob compromisso de honra, assinada pelo representante legal da empresa, em como se obriga a efetuar o Transporte de Refeições de acordo com o Código de Boas Práticas da ARESP para o Transporte de Alimentos;

|  |                        |   |                                    |
|--|------------------------|---|------------------------------------|
|  | CONVITE                |   |                                    |
|  | OBJETO DO PROCEDIMENTO | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INICIO DO ANO LETIVO 2024/2025 |                                    |
|  | REFERÊNCIA INTERNA     | 2024ADCM9455B   |                                    |
|  | UNIDADE ORGÂNICA       | Divisão de Educação e Cultura   | CODIFICAÇÃO<br>PS02-00-IMP-21   12 |

2024.EXP.I.CP.1574

2. A elaboração da proposta obedece ao disposto nos artigos 58.º e 62.º do CCP.
3. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Cláusula 9.ª | **Propostas variantes**

Não é admitida em caso algum a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 10.ª | **Modo e prazo de apresentação da proposta**

1. A proposta deve ser apresentada até às 23:59, do **2.º** dia a contar da data do envio do convite e de acordo com o n.º 3 do artigo 470.º do CCP.
2. A proposta e os documentos que a acompanham serão entregues através da plataforma eletrónica até à data e horas definidas no número anterior.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número 1, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Cláusula 11.ª | **Prazo da obrigação de manutenção das propostas**


O concorrente é obrigado a manter a sua proposta pelo prazo 90 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 12.ª | **Critério de não adjudicação**

1. Por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho que regulamenta a Lei n.º 8/2012, 21 de fevereiro (LCPA), considera-se causa de não adjudicação a situação de inexistência de fundos disponíveis por parte do Município, que a aplicação daquelas leis surpreender na altura em que a mesma deva ocorrer.
2. O procedimento extingue-se se, por motivo superveniente, não for possível a obtenção de fundos disponíveis, no período de validade das propostas.

Cláusula 13.ª | **Documentos de habilitação**

1. No prazo de **2** dias úteis após a notificação da decisão de adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar os seguintes documentos, constantes do artigo 81.º do CCP, abaixo referidos:
- a. Declaração elaborada de acordo com o modelo constante do **anexo II** ao presente convite, do qual faz parte integrante;
  - b. Declaração de não dívida à Segurança Social ou código de acesso;
  - c. Declaração de não dívida às Finanças ou código de acesso;

|  |                        |   |                                    |
|--|------------------------|---|------------------------------------|
|  | CONVITE                |   |                                    |
|  | OBJETO DO PROCEDIMENTO | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2024/2025 |                                    |
|  | REFERÊNCIA INTERNA     | 2024ADCM9455B   |                                    |
|  | UNIDADE ORGÂNICA       | Divisão de Educação e Cultura   | CODIFICAÇÃO<br>PS02-00-IMP-21   12 |

2024.EXP.I.CP.1574

- d. Certificado de registo criminal<sup>1</sup>, ou documento equivalente<sup>2</sup>, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º r do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “Contratação Pública”;
  - e. Documento comprovativo do registo no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, se aplicável<sup>3</sup>.
  - e. Documento comprovativo da exigência legal de implementação de sistema de segurança alimentar (HACCP), emitido por entidade credenciada, acompanhado da definição dos critérios microbiológicos internos (elenco e periodicidade das análises microbiológicas);
2. O documento referido na alínea a) do n.º 1 deverá ser assinado pelo(s) representante(s) legal(ais) do adjudicatário com poderes para o vincular, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário ainda que tal não conste do convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.
4. Caso se verifique alguma irregularidade nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º, será concedido um prazo de **2** dias para supressão da(s) irregularidade(s) detetada(s).
5. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **2** dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.


Cláusula 14.<sup>a</sup> | **Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto**

- 1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso.
- 2. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
- 3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **2** dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

<sup>1</sup> O registo criminal pode ser obtido mediante o preenchimento e envio de um requerimento por e-mail ou através do Portal do registo criminal online: <https://lnkd.in/drGBB2s>.  
 Mais informações em: <https://lnkd.in/eFd97w5>.

<sup>2</sup> Nos termos do n.º 3 do artigo 83.º-A do CCP.

<sup>3</sup> A apresentação deste documento, dispensa a apresentação dos documentos mencionados nas alíneas b), c) e d) da presente cláusula, nos termos do n.º 9, do artigo 81.º do CCP.

|  |                        |   |                                    |
|--|------------------------|---|------------------------------------|
|  | CONVITE                |   |                                    |
|  | OBJETO DO PROCEDIMENTO | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INICIO DO ANO LETIVO 2024/2025 |                                    |
|  | REFERÊNCIA INTERNA     | 2024ADCM9455B   |                                    |
|  | UNIDADE ORGÂNICA       | Divisão de Educação e Cultura   | CODIFICAÇÃO<br>PS02-00-IMP-21   12 |

2024.EXP.I.CP.1574

Cláusula 15.ª | **Caução**

Não é exigida a prestação de caução, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 16.ª | **Preço anormalmente baixo**

Uma vez que se fundamentou o preço unitário para cada tipo de refeição pelo valor do contrato celebrado, os serviços da DEC optaram por não definir um preço anormalmente baixo, pelo que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP não são definidas as situações em que o preço ou custo de uma proposta é considerado anormalmente baixo, sem prejuízo do disposto no n.º 2 e 3 do mesmo preceito legal.

Cláusula 17.ª | **Contrato**

- De acordo com o n.º 1 do artigo 94.º do CCP, o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
- As despesas decorrentes da celebração do contrato, constantes da Tabela de Taxas do Município, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 18.ª | **Publicitação e eficácia do contrato**

De acordo com o n.º 3 do artigo 127.º do CCP, a publicitação da celebração do contrato no portal dos contratos públicos é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.

Cláusula 19.ª | **Outras disposições**


Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante e o interessado, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

Cláusula 20.ª | **Prevalência**

Nos termos do no artigo 51.º do CCP, as normas relativas às fases de formação e de execução do contrato constantes do referido Código, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

Cláusula 21.ª | **Avaliação de fornecedores**

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica do município de Espinho que visa a melhoria contínua e a satisfação de todas as suas partes interessadas, pelo que o adjudicatário deste procedimento poderá vir a ser avaliado com base nos critérios constantes nos procedimentos do sistema de gestão, implementado de acordo com a norma ISO 9001:2015, entre os quais prazo, qualidade técnica, reclamações e outros que se considerem relevantes para o sistema.


|  |                        |   |   |
|--|------------------------|---|---|
|  | CONVITE                |   |   |
|  | OBJETO DO PROCEDIMENTO | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INICIO DO ANO LETIVO 2024/2025 |   |
|  | REFERÊNCIA INTERNA     | 2024ADCM9455B   |   |
|  | UNIDADE ORGÂNICA       | Divisão de Educação e Cultura   | <b>CODIFICAÇÃO</b><br>PS02-00-IMP-21   12 |

2024.EXP.I,CP,1574

Cláusula 22.ª | **Legislação aplicável**

Em tudo o omissso no presente convite, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP – na sua redação em vigor) e demais legislação aplicável.

A Presidente da Câmara Municipal,

|  |                        |   |                                    |
|--|------------------------|---|------------------------------------|
|  | CONVITE                |   |                                    |
|  | OBJETO DO PROCEDIMENTO | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2024/2025 |                                    |
|  | REFERÊNCIA INTERNA     | 2024ADCM9455B   |                                    |
|  | UNIDADE ORGÂNICA       | Divisão de Educação e Cultura   | CODIFICAÇÃO<br>PS02-00-IMP-21   12 |

2024.EXP.I.CP.1574


## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável, todos do CCP]

- (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal da pessoa coletiva e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo – quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
- Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
  - a)...
  - b)...
- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer




|  |                        |   |   |
|--|------------------------|---|---|
|  | CONVITE                |   |   |
|  | OBJETO DO PROCEDIMENTO | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INICIO DO ANO LETIVO 2024/2025 |   |
|  | REFERÊNCIA INTERNA     | 2024ADCM9455B   |   |
|  | UNIDADE ORGÂNICA       | Divisão de Educação e Cultura   | <b>CODIFICAÇÃO</b><br>PS02-00-IMP-21   12 |

2024,EXP.I,CP,1574

procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

|  |                        |   |                                    |
|--|------------------------|---|------------------------------------|
|  | CONVITE                |   |                                    |
|  | OBJETO DO PROCEDIMENTO | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INÍCIO DO ANO LETIVO 2024/2025 |                                    |
|  | REFERÊNCIA INTERNA     | 2024ADCM9455B   |                                    |
|  | UNIDADE ORGÂNICA       | Divisão de Educação e Cultura   | CODIFICAÇÃO<br>PS02-00-IMP-21   12 |

2024.EXP.I,CP,1574

**ANEXO II**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]


1. (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal de pessoa coletiva e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.  
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».  
(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.  
(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».  
(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

|  |                        |   |                                    |
|--|------------------------|---|------------------------------------|
|  | CONVITE                |   |                                    |
|  | OBJETO DO PROCEDIMENTO | FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA ASSEGURAR O INICIO DO ANO LETIVO 2024/2025 |                                    |
|  | REFERÊNCIA INTERNA     | 2024ADCM9455B   |                                    |
|  | UNIDADE ORGÂNICA       | Divisão de Educação e Cultura   | CODIFICAÇÃO<br>PS02-00-IMP-21   12 |

2024.EXP.I,CP,1574

**ANEXO III**  
**GARANTIA DE IMPARCIALIDADE**

Em cumprimento do estabelecido no Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de janeiro (CPA), na redação atual, conjugado com a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos:

[inserir o nome do representante legal da firma], titular do documento de identificação civil n.º [inserir o n.º do documento de identificação civil], residente [inserir morada completa], com o número de identificação fiscal [inserir n.º de identificação fiscal], na qualidade de representante legal da empresa [inserir o nome da firma], com o número de identificação de pessoa coletiva [inserir o n.º de identificação fiscal], e sede [inserir morada completa], declara, sob compromisso de honra de honra, que:

- a) O capital da empresa não é detido numa percentagem superior a 10% ou cuja percentagem de capital detida seja superior a 50.000€, por um titular de órgão de soberania ou titular de cargo político, ou por alto cargo público de âmbito nacional;
- b) O capital da empresa não é detido numa percentagem superior a 10%, ou cuja, percentagem de capital detida seja superior a 50.000€, por seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ou a pessoa com quem viviam em união de facto, os seus ascendentes e descendentes em qualquer grau e os colaterais até ao 2.º grau, bem como aquele que com ele viva em união de facto, do órgão de soberania ou titular de cargo político, ou por alto cargo público;
- c) O capital da empresa não é detido direta ou indiretamente, por órgão de soberania ou titular de cargo político, ou por alto cargo público, ou conjuntamente com os familiares referidos na alínea b), uma participação não inferior a 10% ou cuja percentagem de capital detida seja superior a 50.000€;
- d) Qualquer alteração ao conteúdo das alíneas supramencionadas será comunicada, por escrito, no prazo de 10 dias, após a ocorrência do facto que originou a respetiva alteração.

[Inserir local, datar e assinar digitalmente]